



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2017/00002**

Brasília, 13 de dezembro de 2016.

**Objetivo da reunião:** Acompanhamento de projeto

Horário e local: 10h - sala 201 CJF

Assunto: Implantação de sistemas

<b>Participantes</b>	<b>Função/Cargo</b>	<b>Unidade</b>
Reginaldo Márcio Pereira	MAGISTRADO	JA-CG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SECRETARIO	STI
Marcelo Barros Marques	SUBSECRETARIO	SUPRO
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Magali Zilca de Oliveira Dantas	CHEFE DE SECAO	SEPROC
Marcus Aurelius Soares de Araujo	COORDENADOR	COPFE
Dr. Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Coordenador do Comitê-Gestor - PJe	TRF1
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br; secin@trf1.jus.br)	Diretor de Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF1
Yuri Oliveira de Andrade Freitas (yuri@trf1.jus.br)	Diretor Núcleo PJe	TRF1
Leonardo Santos Carvalho (leonardo.carvalho@trf2.jus.br)	Diretor da Secretaria de Atividades Judiciárias	TRF2
Dr Fabiano Carraro (flarraro@trf3.jus.br)	Juiz Federal - Representante regional	TRF3
David Panessa Baccelli (dbacell@trf3.jus.br)	Assessor de Gestão dos Sistemas da Informação - AGES	TRF3
Alexandre do Nascimento da Silva (ansilva@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria Judiciária	TRF3

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Jader Carlos Videira (jcvideir@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF3
Vitor José de Souza	Diretor da Divisão de Processo Judicial Eletrônico - DPJe	TRF3
Aurea Lucia Machado Honda	Diretora da Subsecretaria de Desenvolvimento de Sistemas	TRF3
Dr. Paulo Paim da Silva (paulosilva@trf4.jus.br)	Juiz Federal - Representante regional	TRF4
Cristian Ramos Prange	Diretor de Tecnologia da Informação	TRF4
Ivan Scarparo Forgearini (isf@trf4.jus.br )	Diretor da Secretaria de Sistemas Judiciários	TRF4
Telma Roberta Vasconcelos Motta (trmotta@trf5.jus.br)	Diretora da Secretaria Judiciária	TRF5
Fernanda Montenegro (fmmontenegro@trf5.jus.br)	Diretora da Subsecretaria de Tecnologia da Informação	TRF5

**Pauta**

**1. Pendências/encaminhamentos da última reunião do Comitê**

Edimilson informou que foi enviado ofício do Corregedor-Geral ao CNJ solicitando a priorização de cursos para o primeiro semestre de 2017. Os ofícios aos presidentes dos TRFs solicitando a indicação de participantes para atuar no desenvolvimento do PJe será encaminhado após a confirmação dos cursos e a oferta de vagas pelos tribunais promotores dos treinamentos.

**2. Óbices à implantação do PJe**

Dr. Reginaldo aduz que para efeitos de planejamento é necessário que se levante quais os óbices para implantação do PJe: infraestrutura de TI, pessoal, orçamento, apoio institucional e cronograma. Dr. Reginaldo solicita que se levante as principais dificuldades. O Comitê delibera que seja preenchida a planilha de nivelamento de TI necessária à implantação do PJe e que se levante outras as deficiências. Telma pontua que a falta de pessoal (cargos efetivos) de TI é um risco de colapso para o PJe. Fernanda acrescenta que por falta de pessoal não é possível fiscalizar adequadamente a qualidade do desenvolvimento realizado pela fábrica de software. Dr. Fabiano questiona sobre o andamento do anteprojeto de Lei para criação de

cargos de TI, ponderando a importância de se retomar a discussão. O Comitê entende imprescindível a ampliação de cargos de servidores efetivos de TI no CJF e nos TRFs que implantaram ou estejam implantando o Sistema PJe para condução adequada do Projeto. Sugere que o encaminhamento de eventual projeto de lei seja feito separadamente de outros cargos de TI pela administração nos tribunais. O Comitê delibera sugerir a criação de cargos efetivos de TI para atuação exclusiva no PJe e que os mesmos sejam deduzidos posteriormente do pedido genérico de criação de tal espécie de cargo em tramitação no CNJ.

### **3. Informe sobre o encaminhamento da demanda de várias condenações no mesmo processo**

Dr. Marcelo informa que tratou da demanda do TRF5 (várias condenações no mesmo processo e CNCIAI) com o secretário-geral do CNJ e com o Conselheiro Alkmin. As negociações estão sendo feitas diretamente entre a 5ª Região e o CNJ. Telma informa que vem tentando direto com os técnicos sem muito êxito. Irá tentar com o Diretor de TI no CNJ.

### **4. Treinamentos PJe 2017**

Fernanda apontou a necessidade de formalização dos treinamentos para dar início aos pedidos de diárias e passagens, inclusive para possibilitar o empenho ainda com orçamento de 2016. Solicitada a manifestação definitiva do TRF1 e do TRF5 quanto à assunção dos custos de instrutoria para o treinamento na versão 1.7.x pelo TRF1 (instrutoria, diárias e passagens) e na versão 2.0 (TRF5). O Comitê delibera que seja apresentado pelos representantes que vão sediar os treinamentos (TRF1 e TRF5) a formalização dos cursos e a oferta de vagas para os demais TRFs. Leonardo sugere incluir na capacitação a possibilidade de realizar imersão no CNJ. Dr. Marcelo sugere que o Comitê Gestor consulte os TRFs sobre a necessidade de imersão após o treinamento teórico na versão 1.7.x a ser realizada em Brasília (CNJ ou CJF ou TRF1 ou TJDFT) com orientação do Gláucio (STI/CJF), tendo essa proposta sido acolhida. Foi definido pelo Comitê Gestor, após consulta ao Subsecretário da SUPRO/CJF, que os Tribunais deverão, na medida do possível, custear as passagens e diárias dos servidores que participarão dos treinamentos a serem realizados no início de 2017 com a dotação orçamentária destinada ao PJe para o exercício de 2016, tendo em vista o disposto na PEC 55.

### **5. Repasse da reunião Comitê Gestor Nacional realizada em 30/11/16**

Dr. Marcelo noticiou que foi discutida a Res 25/CNJ e a conformidade do PJe ao novo CPC. Registro resumido será encaminhado ao Comitê pela Secretaria Executiva.

### **6. Resolução 25/CNJ**

Dr. Marcelo noticia que as propostas da Justiça Federal foram encaminhadas ao CNJ.

### **7. Prestação de contas recursos orçamentários PJe 2016 (flexibilização)**

Edimilson informa que encaminhou aos gerentes regionais do Projeto PJe planilha para que os tribunais façam o registro das despesas à conta dos recursos orçamentários de 2016 para prestação de contas ao Comitê Gestor. Dr. Marcelo questiona aos representantes sobre a execução do orçamento flexibilizado de 2016. TRF1 informa dificuldade de execução visto o pouco prazo e que parte não será paga ou empenhada em 2016. TRF2 informa que não houve aprovação do cronograma de implantação, ficando inviabilizada a execução do orçamento. TRF3 informa que, segundo as áreas técnicas, executou 100% do orçamento de 2016. TRF5

prevê que será possível a execução e solicitam apoio da SPO para alinhar o entendimento sobre ocorrência dos fatos geradores de despesas do PJe em 2016 para aquisição de diárias e passagens para uso em 2017. Marcelo (SPO) dá detalhes sobre permissões e restrições da execução orçamentária e da LDO. Comitê delibera que após a aprovação da LDO 2017 a Coordenação deverá se reunir com área de orçamento do CJF, após discussão no âmbito do Comitê Gestor, para avaliar opções de otimização da execução orçamentária (flexibilização, 'janelas' de abertura dos orçamentos, centralização no CJF, saldos e movimentação de crédito, entre outros assuntos).

#### **8. Planejamento 2017 (implantação, expansão, aquisições, treinamentos, etc.)**

Edimilson propôs aos TRFs e TNU a apresentação do planejamento de ações do projeto para 2017. Comitê gestor deliberou que os regionais e TNU apresentem planejamento onde constem: calendário de implantação/expansão, ações de treinamentos previstos (desenvolvimento para a área de TI, fluxo para área de negócio e treinamento para usuários), Metas para 2017, aquisições e contratações e estratégia de comunicação com operadores e usuários do PJe.

#### **9. Relatos da implantação**

TRF1 Implantou em Minas Gerais, na Seção e em todas as subseções, para mandados de segurança e ações monitórias, sendo que somente em Roraima está implantado em todas as classes cíveis, com exceção de execuções e juizado especial federal. A 1ª Região registra os seguintes quantitativos de processos: 1º grau 28.780 e 2º grau 8.376, total 31.156. O TRF3 informa os quantitativos: 1ª grau 10.924 e 2º grau 6.186. Total 17.110. Em novembro foram 2.900 processos distribuídos, sendo 2.100, aproximadamente, apenas em SP. Dia 12/12 houve a implantação em Guarulhos e Santo André. TRF5 68,4% da distribuição na Região é pelo PJe, sendo que no Rio Grande do Norte é de 96% e em Alagoas é de 94%. As próximas ações são para a migração para a versão 2.0 do PJe nacional e digitalização dos processos físicos a fim de eliminar o acervo. Estão em produção as matérias Penal e JEF criminal. Pendente as ações de JEF cível.

#### **10. Próxima reunião**

Marcada para o dia 14 de fevereiro de 2017 às 10h na sala 201 do CJF.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

<b>Ref.</b>	<b>Próximas Ações</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data Prevista</b>
2.1	Informar os óbices existentes à implementação do PJe.	TRF1, TRF2, TRF3, TRF5 e TNU	15/01/2017
2.2	Enviar planilha de nivelamento de TI	André Ricardo Lapetina Chiaratto	15/12/2016
4.1	Formalizar a realização das capacitações propostas para janeiro e fevereiro de 2017 e a disponibilidade de vagas para os demais tribunais.	Representantes do TRF1 e TRF5	15/12/2016
7.1	Informar a execução do orçamento do PJe de 2016 para prestação de contas ao Comitê Gestor e ao CNJ.	Representantes dos tribunais TRF1, TRF3 e TRF5	31/01/2017
8.1	Informar planejamento do PJe em 2017 no âmbito do regional e TNU	Representantes dos tribunais TRF1, TRF2, TRF3 e TRF5	13/02/2017

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA  
SUBSECRETARIO  
SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

# COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PJe

Pauta – 30 de novembro de 2016

## 1. Consulta Pública para adaptação do PJe ao novo CPC

Definição de requisitos.

Os membros do Comitê deverão apresentar sugestões de tópicos/temas para a consulta pública.

Dr. Marcelo demandou do CG-PJe-JF:

até 07/12 – encaminhamento ao CNJ de sugestões do CGJF-PJe acerca das questões decorrentes do novo CPC que ensejam adaptações/ajustes no sistema PJe, para efeito de realização de consulta pública (basta indicar as questões, não havendo necessidade, ao menos por enquanto, de se indicar as respectivas soluções).

O CNJ deverá encaminhar resultado de trabalho realizado pelo Dr. Marcelo e outros que já traz alguns temas.

## 2. Temporalidade dos documentos

Formação de grupo para estudar o tema e propor regulamentação.

(O CSJT e a OAB encaminharam ofício com a indicação dos representantes)

O CJF encaminhou em 02/09 e reenvio em 25/11 o Ofício n. 002/2016 – CJF-CGPJe-JF os nomes dos representantes da Justiça Federal.

Levaremos o Ofício, também, em mãos.

Ofício entregue em mãos.

O trabalho não foi iniciado, mas o Conselheiro Alkmim informou que irá dar prioridade.

## 3. Propostas do Comitê para aperfeiçoamento da Resolução que trata do PJe;

Tabulação das sugestões recebidas do TRF1 e TRF2- Anexo I.

Comentários do TRF1 às sugestões da OAB – Anexo II

Dr. Marcelo demandou do CG-PJe-JF:

Até 05/12 –propostas de aperfeiçoamento da Resolução que trata PJe (caso queiram, também seria interessante manifestação sobre as propostas da OAB).

## 4. Apresentação da proposta para o novo modelo de desenvolvimento e sustentação, que privilegia o trabalho remoto e colaborativo;

Antonio Augusto (CNJ) informou que adotarão a ferramenta de comunicação Slack. O CNJ deverá se envolver mais nas atividades de sustentação e os tribunais no desenvolvimento colaborativo. O representante do segmento da justiça estadual informa que adotarão o seguinte protocolo:

1. Quem demanda é responsável pelo desenvolvimento, mesmo que em colaboração com outro tribunal.
2. O CNJ revisará o código.
3. O demandante também é responsável pelos testes e implementação.

A Justiça do Trabalho desenvolve funcionalidades que necessita. O entendimento dos demais conselheiros é que com isso corre-se o risco existir uma versão da JT paralela à versão unificada 2.0. A JT argumentou que novas funcionalidades são desenvolvidas para a versão 2.0 e para a versão que usam desenvolvem apenas correções e ajustes.

**5. Informes de cada segmento a respeito da implantação do PJe, em especial versão 2.0;**

**6. Proposta de modelo de trabalho para continuidade do estudo sobre o cadastro de partes;**

As atividades serão retomadas.

Dr. Marcelo irá indicar os representantes da JF que irão participar da comissão que tratará do assunto.

**7. Aprovar encaminhamento de proposta à Presidência para nova maratona do PJe e incorporação dos projetos finalistas da primeira Maratona;**

O Comitê deliberar propor à Presidência do CNJ a realização de nova maratona em 2017.

**8. Proposta de plano de trabalho para o primeiro semestre de 2017. Sugestões dos integrantes do Comitê gestor;**

O CNJ irá revisar as demandas no Gira estadual. Dr. Marcelo informa que na Justiça Federal a 5ª. Região já revisou suas demandas.

Em data a ser agendada pelo CNJ haverá reunião para consolidação das demandas.

Em fevereiro/2017 o Grupo Nacional de Gerenciamento de Mudanças irá se reunir.

TSE informa que em 2017 irá realizar treinamento no PJe 2.0. (Planejam implantar o PJe no próximo ano).

**9. Priorização para adoção do Escritório Digital como ferramenta prioritária para acesso aos usuários externos;**

Os 17 tribunais que relativizaram a implantação do PJe se comprometeram implantar o MNI, mas nem todos os fizeram.

Vários problemas relativos à disponibilidade do sistema foram relatados. O Conselheiro Alkmim irá levar a questão à Comissão de TI para regulamentação.

O desenvolvimento da versão 3.0 do MNI será priorizado no 1º semestre de 2017.

**10. PP 0003869-39.2016.2.00.0000** - Trata-se de Pedido de Providências formulado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Paraná - Subseção de São José dos Pinhais, por meio do qual requer seja conferido tratamento de exceção aos processos trabalhistas, quanto ao controle de divulgação dos nomes das partes;

O Comitê delibera pela negação do pedido. O Conselheiro irá informar que a proposta é ilegal em razão do CPC e da LAI.

**11. Requerimento do TRT 12<sup>a</sup> Região no qual solicita autorização para equalizar a distribuição de processos no PJe;**

O pedido foi distribuído ao representante da Justiça do Trabalho.

**12. Ofício nº 49/2016 do CSJT no qual informa o desenvolvimento da ferramenta “assinador digital” e oferece o produto para o CNJ com vistas a permitir o seu aproveitamento para os demais segmentos de Justiça;**

A área de TI do CNJ informa que se encontra pendente o repasse entre as áreas técnicas para implementação no PJe.

**13. Composição dos Comitês Gestores Estaduais do PJe, em resposta ao ofício nº 002/2016/CGN-PJe, enviado em agosto de 2016;**

A listagem dos comitês regionais é distribuída aos participantes.

Obs.: Na Justiça Federal consta somente a 3<sup>a</sup> Região.

**14. Assuntos gerais.**

O CNJ irá retomar o desenvolvimento do Diário de Justiça Nacional.

Atualização da Resolução 234/2016. O Conselheiro Alkmim pede mais tempo.